



Refugiados e representação midiática: a responsabilidade dos meios de comunicação na produção social de sentido

Leidiane Cristina Campos¹
Gerson de Sousa²

Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Resumo: O presente artigo se propõe a realizar uma reflexão sobre como os refugiados têm sido representados nas narrativas midiáticas. Para além desse objetivo primeiro, intentou-se também estabelecer uma discussão, a partir das contribuições dos Estudos Culturais, sobre a relação entre a comunicação, a representação e a formação da identidade dos sujeitos. Reforçou-se a ideia de que a responsabilidade da comunicação na produção social de sentido, mais do que definição ética, se fundamenta como crítica às representações que estereotipam e objetificam o refúgio. Desta feita, por entender que os sujeitos são capazes de produzir sentido sobre as representações midiáticas, por meio de leituras negociadas, chegou-se à conclusão de que as entrevistas em profundidade, aliadas às narrativas focadas nos sujeitos, podem constituir-se como uma proposta crítica ao jornalismo dos estereótipos.

Palavras-chave: Refugiados. Identidade. Comunicação. Estudos Culturais. Representação.

1. Introdução

¹ Graduada em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Mestranda do Programa de Pós-graduação em Tecnologias Comunicação e Educação (PPGCE) da UFU. E-mail: leidianecampos@gmail.com

² Orientador do trabalho. Doutor em Ciências da Comunicação Escola de Comunicação e Artes (ECA) pela Universidade de São Paulo (USP), atua como Professor Adjunto do Curso de Jornalismo e Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Tecnologias, Comunicação e Educação (PPGCE) da Faculdade de Educação (FACED) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). E-mail: g.sousa1971@hotmail.com

O globo terrestre possui 25,9 milhões de refugiados³. Esses são os números divulgados no relatório “Refúgio em Números”, produzido pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR)⁴. Os dados da pesquisa, que contabilizaram a quantidade de refugiados no mundo até dezembro de 2018, também revelaram que 6,7 milhões desses sujeitos são provenientes da Síria, 2,7 milhões do Afeganistão e 2,3 milhões do Sudão do Sul. Somados, os refugiados advindos desses três países correspondem a 67% do total de pessoas que foram forçadas a saírem de seus lares (ACNUR, 2019).

Ainda conforme dados do mesmo relatório, atualmente o Brasil possui em trâmite 161.057 solicitações de reconhecimento da condição de refugiado. Até 2018, o país já havia concedido a 11.231 refugiados tal reconhecimento. Segundo o Comitê Nacional Para Refugiados (CONARE)⁵, desses sujeitos admitidos no país, 51% são de nacionalidade síria. Essa predominância de refugiados sírios no país, entretanto, deve ter seu panorama alterado futuramente, visto que, em junho de 2019, o CONARE reconheceu a situação da Venezuela como grave e generalizada violação de direitos humanos. Sobre tal conjuntura, o relatório do ACNUR explana que, “até dezembro de 2018, foram recebidas 85.438 solicitações de reconhecimento da condição de refugiado da Venezuela. Dessas, 61.681 foram recebidas apenas em 2018 e 81% das solicitações foram apresentadas no estado de Roraima” (ACNUR, 2019, p. 34).

Números, números e números. Sabe-se que a crise mundial de refugiados “está em franca ascensão, superando, em proporção, a taxa de crescimento da própria população mundial” (MARQUEZ, 2017, p. 9). Entretanto, diante de tantos dados a respeito desse cenário, surge a indagação: tem sido ofertada, na mesma medida, a chance de conhecermos os sujeitos que se escondem por trás de tantos algarismos, tabelas e gráficos? Para além das estatísticas – que, certamente, cumprem seu papel

³ Refugiado: Conforme o ACNUR, refugiados são os sujeitos que, em razão de perseguições relacionadas à nacionalidade, raça, religião, opinião política ou pertencimento a determinado grupo social, ou da violação grave e generalizada dos direitos humanos, se veem obrigados a deixarem seus países de origem.

⁴ ACNUR: criado por meio de uma resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1951, hoje o ACNUR é um órgão que tem o papel de promover instrumentos internacionais para a proteção dos refugiados e supervisionar sua aplicação.

⁵ CONARE: órgão interministerial, presidido pelo Ministério da Justiça e Cidadania, responsável por executar a Política Nacional de Refúgio em conformidade com os valores estabelecidos pela Constituição Federal.

informacional –, o que se sabe sobre os refugiados contabilizados pelos órgãos oficiais internacionais e nacionais?

Cardoso (2013), ao pesquisar sobre o modo como os refugiados foram retratados nos meios de comunicação brasileiros dos anos de 2001 a 2011, chegou a algumas conclusões. A primeira delas foi a do silêncio:

ao localizarmos nesta pesquisa apenas 98 textos escritos por jornalistas brasileiros durante uma década e com refugiados no papel de protagonistas, percebemos que o silêncio não é anulação. É uma fala para dizer que há ausência de interesse pela temática. A produção jornalística (e a acadêmica) na área ainda é pequena, assim como os espaços de fala concedidos ao refugiado e sua atuação dentro da notícia (CARDOSO, 2013, p. 161)

Nos textos midiáticos encontrados e analisados por Cardoso (2013), foi observado que tais sujeitos, na maioria das vezes, são estereotipados e vistos apenas como personagens de histórias pré-moldadas. Em tais narrativas “há uma visão simplista do fenômeno, bastante marcada pela apresentação do refugiado como peça de um espetáculo, e não como um importante ator social” (CARDOSO, 2013, p. 161).

Num artigo intitulado como “Corrigindo mitos da mídia sobre refugiados e migrantes”, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) destaca os principais mitos propagados pelas produções midiáticas. São eles:

os refugiados são um problema europeu; os refugiados não estão desesperados, eles estão escolhendo migrar; a maioria dos refugiados são homens jovens e fisicamente aptos; os refugiados roubam os empregos do país de acolhimento; os refugiados e os migrantes fraudam o sistema social; os refugiados e migrantes trazem o terrorismo; e os países desenvolvidos são superpopulosos e não podem acolher mais pessoas (UNESCO, 2016).

Ao contrário das estatísticas supracitadas, o impacto social e cultural de representações estigmatizantes dos refugiados não pode ser mensurado. Entretanto, é possível entendê-lo como preocupante. Segundo a UNESCO, na cobertura midiática do refúgio “o mito e informações incorretas prevalecem” (UNESCO, 2016). “Falta quase que completamente na cobertura midiática as múltiplas vantagens para os países que acolhem e as inúmeras histórias de indivíduos, muitas vezes com alto nível de estudos e

ávidos para trabalhar, que buscam uma nova vida e contribuem positivamente para suas novas sociedades” (UNESCO, 2016).

Como destaca Mendonça (2006, p. 23), ao recontextualizarem o refúgio sob uma ótica degradante e objetificante, “tais representações podem oprimir os sujeitos ao aprisioná-los em modos restritos de existência”. Pelos apontamentos que tal conjuntura suscita, torna-se pertinente a reflexão acerca da responsabilidade dos meios de comunicação na produção social de sentido, uma vez que suas narrativas participam ativamente na construção dos significados que os sujeitos elaboram sobre os “outros”, sobre a sociedade e sobre si mesmos.

2. Comunicação, representação e identidade

Para os Estudos Culturais, aporte teórico desta reflexão, a comunicação, juntamente com suas produções de sentido, está intrinsecamente ligada à cultura, visto que esta última remolda-se pelas articulações dos meios de comunicação e, estes, por sua vez, elaboram-se pelas construções da primeira. Segundo Escosteguy (2010), a mídia não só reproduz significados, como também é ativa no trabalho de construí-los. Tais meios constroem, com seu discurso, um imaginário social. Suas representações e recontextualizações, embora sejam fragmentadas, formam a noção de uma totalidade social – um imaginário – que, por vezes, pode ser legitimada por seu público. Pois, esse “processo de significação é o meio pelo qual os entendimentos coletivos são criados e, então, o consenso pode ser efetivado” (ESCOSTEGUY, 2010, p. 70).

Escosteguy (2010), utilizando-se das contribuições de Stuart Hall (1996), destaca que a comunicação, sendo um dos canais de efetivação da cultura, não apenas representa a sociedade e sua estrutura, como também é capaz de elaborar novas estruturas sociais. Sendo assim, não se pode conceber que as narrativas midiáticas são simples meios de reprodução do sistema social dominante, uma vez que agem ativamente na construção e reconstrução deste. O que se depreende, desta maneira, é que a comunicação constitui-se como um espaço de produção social e não somente de reprodução (ESCOSTEGUY, 2010).

Hall (2003), sobre as produções dos meios de comunicação, entende que existem três formas de hipotéticas de interpretação dessas representações: a dominante, a negociada e a de oposição. A interpretação dominante ocorre quando o sentido da mensagem é decodificado conforme as referências de sua construção. O modo negociado, por sua vez, ocorre quando a significação dada à mensagem é negociada com as condições particulares dos receptores. Por fim, a oposição ocorre quando o receptor, mesmo entendendo a proposta dominante da mensagem, opta por construir uma produção de sentido contrária por meio da experiência vivida.

Na discussão sobre as interpretações que os sujeitos fazem das representações e significações midiáticas, Hall (2003) salienta que, apesar de não terem posições passivas na decodificação dessas mensagens, as pessoas não são totalmente livres para interpretá-las. Pois, uma vez imersos em uma lógica cultural, social, econômica e política, até mesmo os significados que os sujeitos acreditam serem construídos de modo autônomo possuem fragmentos dos sentidos dominantes propostos por tais instâncias (ESCOSTEGUY, 2010).

É por esse motivo que, ao refletir-se sobre a capacidade dos meios de comunicação de construírem significados, é também crucial que sejam levados em consideração os desdobramentos de tais representações para a sociedade e, de modo ainda mais latente, para os sujeitos. Como coloca Woodward (2000, p. 17),

a representação inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeito. É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos. Podemos inclusive sugerir que esses sistemas simbólicos tornam possível aquilo que somos e aquilo no qual podemos nos tornar. A representação, compreendida como um processo cultural, estabelece identidades individuais e coletivas e os sistemas simbólicos nos quais ela se baseia fornecem possíveis respostas às questões: Quem eu sou? O que eu poderia ser? Quem eu quero ser?

Segundo Escosteguy (2010, p. 145), a identidade caracteriza-se pelo modo “como nos constituímos, percebemo-nos, interpretamos e nos apresentamos para nós mesmos e para os outros”. Além disso, a identidade está relacionada às posições sociais que constantemente são assumidas pelos sujeitos, caracterizando-se, assim, por uma construção permanente. Tal constituição, como destaca Escosteguy (2010), não pode ser

dissociada das representações culturalmente produzidas e disseminadas pelos meios de comunicação.

Ao avançar na discussão a respeito da relação entre representação e identidade, Woodward (2000, p. 17) salienta que “os discursos e os sistemas de representação constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar”. Ou seja, ao significar e recontextualizar os acontecimentos – conforme uma lógica de produção fundada nos ordenamentos sociais, econômicos, culturais e políticos vigentes – a mídia participa ativamente na construção e reelaboração das identidades. E, mais que isso, acaba também por postular as posições sociais dessas identidades (WOODWARD, 2000).

Hall (2006, p. 13) explica que “à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente”. Woodward (2000), por sua vez, ao refletir sobre tal multiplicidade de identidades propostas pelas representações midiáticas, argumenta que, ainda que variadas, todas essas práticas de significação envolvem relações de poder. E que, por assim serem, definem quem será incluído e quem será excluído.

Somos constringidos, entretanto, não somente por uma gama de possibilidades que a cultura oferece, isto é, pela variedade de representações simbólicas, mas também pelas relações sociais. [...] Os sistemas simbólicos fornecem novas formas de se dar sentido à experiência das divisões e desigualdades sociais e aos meios pelos quais alguns grupos são excluídos e estigmatizados (WOODWARD, 2000, p. 19).

À medida que identidades são postuladas e hierarquizadas, passam a ser instaurados binarismos, como o aceito e o não aceito, o que está dentro e o que está fora do ordenamento vigente, o que é a norma e o que foge da regra discursivamente construída. Como bem coloca Silva (2000, p. 83), sobre a problemática instaurada nesse processo,

Fixar uma determinada identidade como a norma é uma das formas privilegiadas de hierarquização das identidades e das diferenças. A normalização é um dos processos mais sutis pelos quais o poder se manifesta

no campo da identidade e da diferença. Normalizar significa eleger – arbitrariamente – uma identidade específica como o parâmetro em relação ao qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas.

Deste modo, ao passo que as representações midiáticas fixam uma identidade como norma, elas, ao mesmo tempo, reforçam que as demais identidades devem ser avaliadas de forma negativa. Por consequência, depreende-se que “quem tem o poder de representar tem o poder de definir e determinar a identidade” (SILVA, 2000, p. 91). Desponta, nesse sentido, a necessidade de se refletir sobre a responsabilidade dos meios de comunicação na produção social de sentido. Uma vez que as significações que ecoam por esses canais são capazes não somente de recontextualizar acontecimentos, como também de participar da construção da visão que os sujeitos têm de si e dos outros.

3. Responsabilidade dos meios de comunicação na produção social de sentido

Ao discutir sobre o papel dos meios de comunicação, Escosteguy (2010) afirma que estes canais devem expressar uma pluralidade de representações, ao invés de postularem um universo ideológico unitário. Pois, levando-se em consideração que o que é representado pelas mídias “é organizado e articulado num todo coerente”, ao restringir suas mensagens e incutir nelas sentidos preferenciais, tais canais legitimam somente determinadas representações em detrimento de outras (ESCOSTEGUY, 2010, p. 69).

Quando se retorna à análise do modo como os refugiados têm sido representados nos textos midiáticos, realizada por Cardoso (2013), e aos apontamentos feitos pela UNESCO (2016), percebe-se que os distanciamentos entre teoria e realidade são mínimos. Os estereótipos e as objetificações, presentes nas representações, constroem mitos e preconceitos socialmente legitimados. Diante de tal problemática, Taylor (1994 apud MENDONÇA, 2006, p. 23) faz um alerta para os perigos reais causados pelas significações estigmatizantes: “uma pessoa ou grupo pode sofrer dano real, distorção real, se as pessoas ou sociedade em volta deles representam-nos como uma imagem restrita, humilhante ou degradante”. Pois, esse tipo de representação, ao

invés de apresentar aos sujeitos diferentes modos de ser, acaba por “aprisioná-los em modos restritos de existência” (MENDONÇA, 2006, p. 23).

Cardoso (2013, p. 140), ao discorrer sobre as representações do refúgio nos meios de comunicação, salienta que

a partir de um viés centrado em posicionamentos negativos, percebemos produções jornalísticas estereotipadas e ausentes de espírito ético. Em vez de considerar a diáspora como uma ação de sobrevivência e manutenção dos direitos humanos, o jornalista, muitas vezes, relaciona o refugiado ao terrorismo, às práticas violentas, à rebeldia e à desmotivação sem ao menos esclarecer ao leitor os motivos que o levaram a tais denominações.

Tais posicionamentos percebidos nas representações midiáticas são reflexos dos sentidos dominantes inseridos nas mensagens, conforme foi apresentado anteriormente. Como discute Hall (2003), acerca dos processos de codificação e decodificação das mensagens, uma narrativa comunicativa jamais poderá ser lida livremente, pois há uma quantidade finita de significações possíveis para ela. Os sentidos dados pelos sujeitos às mensagens estão intimamente ligados aos limites estabelecidos pela legitimação que é dada à recontextualização dos acontecimentos. Vale frisar, entretanto, que “ao falarmos de sentidos dominantes [...] não estamos nos referindo a um processo de mão única, que governa a forma como todos os acontecimentos serão significados” (HALL, 2003, p. 397). O que se depreende, na realidade, é que “se não houvesse limites, as audiências poderiam simplesmente ler qualquer coisa que quisessem dentro das mensagens. [...] A vasta gama deve conter algum grau de reciprocidade entre os momentos da codificação e decodificação; do contrário não poderíamos falar de uma efetiva troca comunicativa” (HALL, 2003, p. 399).

Sob essa perspectiva, se as possibilidades de decodificação das mensagens midiáticas fornecem, majoritariamente, significações carregadas de posicionamentos negativos e estereotipados, chega-se a constatação que é no momento de codificação dessas narrativas que tais preconceitos parecem nascer. Pois, embora a audiência seja composta por “sujeitos engajados na produção de sentidos”, é preciso considerar que “esse posicionamento pode tornar-se tão otimista que perde de vista a marginalidade do poder dos receptores diante dos meios. [...] É necessário dar conta de alcançar um

sentido concreto das forças hegemônicas que regem o mundo atual” (ESCOSTEGUY, 2010, p. 43).

Escosteguy (2010, p. 70), salienta que “essa dinâmica é invisível e inconsciente mesmo para os codificadores, sendo mascarada muitas vezes pela intervenção de ideologias profissionais”. Por essa razão, é necessária a compreensão de que os meios de comunicação não são instâncias alheias ao ordenamento social e cultural vigente. Sobre esse contexto, Hall (2003, p. 364) explica que “o repórter está captando algo do mundo pré-significado com o objetivo de significá-lo de uma nova maneira. [...] O mundo real não está fora do discurso; não está fora da significação”. Entretanto, o teórico não acredita que “as audiências ocupem as mesmas posições de poder daqueles que dão significado ao mundo pra elas” (HALL, 2003, p. 366). Pois, os que detêm o controle dos aparatos de significação do mundo e o controle das mídias estabelecem os sentidos dominantes que serão interpretados frente às representações por eles mesmos construídas.

Sendo assim, ao nos debruçarmos novamente sobre as representações que os meios de comunicação brasileiros têm elaborado sobre os refugiados, chega-se à conclusão de que são escassas as possibilidades de interpretações e construções de sentidos que fujam dos estereótipos, da estigmatização e da objetificação desses sujeitos.

Como atores da informação, os refugiados com ação de vítima são apresentados como sujeitos passivos, beneficiários da caridade e poucas vezes protagonistas de suas próprias histórias. As estatísticas legitimam a criação de imaginários sociais que reforçam a identidade deles em um contexto fragilizado: a condição de pessoa sacrificada pelo destino é mantida em boa parte dos discursos. Na maioria dos casos, não há registros sobre a busca de um novo status social no país em que estão vivendo, e o posicionamento em questão os associa a crimes e práticas ilegais (CARDOSO, 2013, p. 146)

Diante desse panorama, quais seriam, então, os caminhos alternativos às representações que colocam os refugiados sob perspectivas passivas e fragilizadas? Martín-Barbero (1995 apud ESCOSTEGUY, 2010, p. 165) afirma que os processos de comunicação são fenômenos de produção de identidades e, por consequência, os meios de comunicação “são um fenômeno cultural através do qual a pessoa, ou muitas

peças, cada vez mais pessoas vivem a constituição do sentido de sua vida”. Não deveria, dessa maneira, ser preocupante o fato de que diversos sujeitos têm constituído o sentido de suas identidades e a forma como enxergam os outros – em especial, os refugiados – com base em representações nada democráticas? São necessários caminhos paralelos ao discurso objetificante do refúgio, de modo que os sujeitos que vivem tal fenômeno tenham, de fato, voz ativa nas narrativas que discorrem sobre suas histórias de vida.

4. Refúgio sob outros ângulos: considerações sobre os caminhos possíveis

Antes mesmo de pensar em narrativas que confrontam o sentido dominante, de estereotipização do refúgio, é preciso retornar a um passo primordial, que as antecede: a entrevista. Ir ao encontro do outro, do refugiado, é uma atividade que não pode ser visualizada como mera formalidade. Pois, envolve, sobretudo, a existência de um diálogo efetivo, oposto da simples concretização de um roteiro de questionamentos previamente esquematizado. Pois, como salienta Medina (2008, p. 07), quando o repórter fixa-se somente no ritmo de sua pauta pré-moldada, “o que menos interessa é o modo de ser e o modo de dizer daquela pessoa. O que efetivamente interessa é cumprir a pauta que a redação de determinado veículo decidiu”.

Ao deslocar-se do isolamento social e ir em direção ao seu entrevistado, a primeira brecha de uma comunicação mais dialógica é criada. A entrevista, se entendida como um espaço de interação social e de quebra de barreiras anteriormente construídas, “pode servir à pluralização de vozes e à distribuição democrática da informação” (MEDINA, 2008, p. 08). Deve buscar-se não somente o fato pelo fato, mas o sujeito que vivenciou o fato de uma maneira singular, particular. O encontro entre entrevistador e entrevistado pode – e deve – alcançar patamares que subvertam sentidos anteriormente legitimados e socialmente aceitos. Os diálogos podem tomar o lugar antes ocupado por vozes uníssonas e autoritárias. Ao invés de uma narrativa, podem ser desveladas as outras diversas maneiras de se narrar uma história.

Desenvolver a técnica da entrevista nas suas virtudes dialógicas não significa uma atitude idealista. No cotidiano do homem contemporâneo há espaço para o diálogo possível. Estão aí as experiências ou exceções à regra que provam o grau de concretização da entrevista na comunicação coletiva. Sua maior ou menor comunicação está diretamente relacionada com a humanização do contato interativo: quando, em um desses raros momentos, ambos – entrevistado e entrevistador – saem “alterados” do encontro, a técnica foi ultrapassada pela “intimidade” entre EU e o TU. Tanto um como outro se modificaram, alguma coisa aconteceu que os perturbou, fez-se luz em certo conceito ou comportamento, elucidou-se determinada autocompreensão ou compreensão do mundo. Ou seja, realizou-se o Diálogo Possível (MEDINA, 2008, p. 07).

Ijuim (2009), ao discutir sobre o papel social do jornalista, reflete que “ao profissional de jornalismo, que não vê em seu trabalho apenas a mera execução de técnicas, cabe desenvolver-se nessas habilidades de agir e refletir”. Ação e reflexão essas que devem surgir ainda na entrevista, quando ocorre o encontro com o outro, que, antes alheio, revela-se como sujeito de sua própria história. Após esse encontro, caracterizado pelo diálogo humanizado e pela escuta atenta do que o sujeito tem a dizer, é necessário seguir o mesmo caminho – aberto às subjetividades e particularidades do outro – no momento de produção da narrativa. “É preciso recorrer a alternativas elaboradas e conscientemente escolhidas” (MEDINA, 2008, p. 55).

Em suas narrativas, cabe ao jornalista não somente informar sobre fatos, buscando uma pretensa objetividade, que objetifica até mesmo os sujeitos. Seu papel, na realidade, é fornecer ao seu público “a possibilidade de refletir e, também, de interpretar. É aí que reside a grandeza de um texto” (LOBO, 2013). Ouvir memórias e, posteriormente, narrá-las, envolve muito mais do que o conjunto de técnicas apreendidas durante a formação acadêmica. Tecer narrativas é uma prática que abarca a capacidade de sustentar a voz do sujeito ouvido, ao invés de silenciá-la.

Para Ijuim (2009, p. 41), “é justamente nesse contexto que aflora o grande e fundamental desafio – persistir no princípio, e na postura, da humanização, pela ação e reflexão sobre a realidade”. Considerado por Medina (2008) como a “arte de tecer o presente”, ao jornalismo, por meio de suas narrativas, caberia o papel de colocar em cena a subjetividade humana, “a partir do sensível e de suas materializações possíveis nos processos jornalísticos” (TAVARES, 2009, p. 278).

Ao se refletir sobre as narrativas que discorrem sobre o refúgio e, mais precisamente, sobre os refugiados, têm-se em jogo, então, a necessidade de narrativas que consigam ultrapassar estereótipos e teçam histórias baseadas nas subjetividades desses sujeitos. Pois, como analisou Cardoso (2013, p. 162) em sua pesquisa, mantém-se ainda um contexto em que o senso comum jornalístico “é ainda incapaz de compreender o refúgio como elemento importante do mundo em que vivemos, de relacionar o trabalho jornalístico como peça fundamental na divulgação do tema e de colaborar com a rede de proteção aos refugiados”.

É preciso mudar a forma de ler o fenômeno para que novas atitudes sejam empreendidas. [...] Ao mediar a fala do refugiado por meio do discurso indireto e ao evidenciar orientações da elite, em que governos, autoridades, órgãos internacionais têm mais poder de voz que o próprio sujeito protagonista da matéria, a paz possivelmente não terá visibilidade. Uma medida seria valorizar narrativas nas quais este ator tenha mais poder de voz e que suas falas representem um panorama real nos quais os testemunhos sejam tão evidentes quando suas opiniões e posicionamentos. É preciso dar chance ao discurso e fazer deste uma representação para todos os envolvidos em um fato (CARDOSO, 2013, p. 165).

Para ultrapassar os limites da técnica imediatista, que privilegia determinadas vozes em detrimento de outras, é necessário que a atividade jornalística seja uma tentativa efetiva de “desvendamento do real” (MEDINA, 2008). Deste modo, não basta somente a especulação dos fatos, é preciso compreendê-los, conhecer seus contextos, suas implicações. E, mais que isso, é necessário visualizar os indivíduos não como personagens de um recorte factual estrategicamente selecionado, mas como os sujeitos de suas próprias trajetórias.

O jornalismo humanizado produz narrativas em que o ser humano é o ponto de partida e de chegada, o que supõe que este fazer começa antes da pauta, na consciência do ser jornalista. No trabalho de apuração, busca versões verdadeiras e não, necessariamente, produz a verdade, pois o repórter não se relaciona com um objeto, mas com outros seres humanos envolvidos no processo comunicativo. Dessa forma, sua busca envolve a compreensão das ações dos sujeitos da comunicação – é a expressão dos sentidos da consciência. Na procura da essência dos fenômenos, atribui-lhe significados, os sentidos, para proporcionar ao público, mais que a explicação, a compreensão das ações humanas (IJUIM, 2014, p. 14).

Baseando-se em tais prerrogativas, a prática jornalística abre espaço para uma comunicação cada vez mais humana, preocupada com as singularidades típicas de cada pessoa. Parte-se mais da concepção de que cada sujeito é o protagonista do seu local de fala e de sua história e menos da ideia de que os indivíduos servem somente como fontes aptas a comentar ou figurar determinados acontecimentos. O refugiado, nesse contexto, deixa de ser aquele indivíduo desprovido de particularidades, estereotipado, objetificado e passivo, para tornar-se o sujeito de sua trajetória. Aquele que viveu o refúgio numa perspectiva única e, que por isso, não pode encaixar-se num protótipo de refugiado previamente construído e socialmente legitimado.

Referências

ACNUR. **Refúgio em números**: 4ª edição. 4. ed. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2019. 46 p. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/07/Refugio-em-numeros_versao-23-de-julho-002.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2019.

CARDOSO, Anelise Zanoni. **Jornalismo para a paz ou para a guerra**: o refugiado na cobertura jornalística brasileira. 2013. 185 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/105023>>. Acesso em: 22 jun. 2019.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. **Cartografias dos estudos culturais**: uma versão latino-americana. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

IJUIM, Jorge Kanehide. A Responsabilidade social do jornalista e o pensamento de Paulo Freire. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p.31-43, jul./dez. 2009. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/10060>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

_____, Jorge Kanehide. **Humanização e desumanização no jornalismo**: algumas saídas. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2014. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/ijuim-jorge-2014-humanizacao-desumanizacao-jornalismo.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2019.

LOBO, Tiago. **Sobre o papel social do jornalismo**. 2013. Publicado por Observatório da Imprensa. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/feitos-desfeitas/_ed743_sobre_o_papel_social_do_jornalismo/>. Acesso em: 30 out. 2017.

MARQUEZ, Isabel. Prefácio. In: LIMA, João Brígido Bezerra et al (Ed.). **Refúgio no Brasil**: caracterização dos perfis sociodemográficos dos refugiados (1998-2014). Brasília: Ipea, 2017. p. 9-11.

MEDINA, Cremilda de Araújo. **Entrevista**: o diálogo possível. São Paulo: Ática, 2008.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Identidade e representação: as marcas do fotojornalismo na tessitura da alteridade. In: VAZ, Paulo Bernardo (Org.). **Narrativas fotográficas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.). **Identidade e diferença**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2000.

TAVARES, Frederico de Mello Brandão. O jornalismo e a arte do saber (ser) sensível. **Matrizes**, São Paulo, v. 1, n. 2, p.276-281, jun. 2009. Semestral. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/download/38235/41014>>. Acesso em: 20 mai. 2018.

UNESCO. **Corrigindo mitos da mídia sobre refugiados e migrantes**. 2016. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/pt/about-this-office/single-view/news/correcting_media_myths_about_refugees_and_migrants/>. Acesso em: 01 jul. 2019.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.). **Identidade e diferença**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2000. pp.7-72.